

ESTADO DE MATO GROSSO



DIÁRIO OFICIAL

SUPLEMENTO MENSAL

administração: governo *Wilmar Peres de Farias*

ANO I — CUIABÁ — SEGUNDA FEIRA, 29 DE DEZEMBRO DE 1.986. Nº 6

SUMÁRIO

- UFMT: MAIORIA MATO-GROSSENSE. Página 2.
- OS PRESEPIOS DO NATAL. CUIABANO. por Dunga Rodrigues. Página 3.
- ARRENDAMENTO NA USINA RESSACA. por Eliane Maria O. Morgado, Edvaldo de Assis e Luiza Pereira da Silva. Páginas 4 e 5.
- HISTORIA ORAL NO AVANÇO DO TEMPO, por Pedro Rocha Jucá. Página 6.
- DE EMPRÉSTIMO E DE FIADO, por Antonio de Arruda. Página 7.
- OS AQUINO CORREIA: DESCENDENTES. por Luis Philippe Pereira Leite. Página 8.
- CUIABÁ VIVE UM MILAGRE URBANO. Página 9.
- QUILOMBOS EM MATO GROSSO, por Edvaldo de Assis. Página 10.
- NDIHR: CURSO DE APERFEIÇOAMENTO. Página 11.
- CAMÕES NO EXTREMO-OESTE, por Carlos Francisco Moura. Páginas 12 e 13.
- BASÍLICA DO SENHOR BOM JESUS; APOSTAMENTOS HISTÓRICOS, por Gabriel Francisco de Mattos. Páginas 14, 15 e 16.

UFMT: MAIORIA MATO-GROSSENSE

Estudo realizado por uma equipe de professores que integram a Coordenação de Exames Vestibulares, abrangendo um universo de 38.169 candidatos para os vestibulares de 1983, 84, 85 e 86, indica que 73 por cento dos aprovados são do próprio Estado, o que vem desfazer o mito de que a maioria dos alunos da Universidade Federal de Mato Grosso é originária de outras unidades da Federação. O estudo, que envolve ainda uma série bastante longa de informações sócio-econômicas e educacionais, se baseou em questionários preparados pela Coordenação de Exames Vestibulares e respondidos pelos candidatos no ato de inscrição. É um trabalho inédito em Mato Grosso e será de grande utilidade para a melhoria do processo educacional no Estado, explica o coordenador da Coordenação de Exames Vestibulares, professor Elias Alves de Andrade. Elaborado pela professora Margarida Maria Silva Castro, do Setor de Análise e Medidas Educacionais da C.E.V., com assessoria técnica do professor Carbone França Lopes, o trabalho está sendo impresso na Gráfica da UFMT e será brevemente distribuído em um livro de 79 páginas, intitulado "Quem procura a UFMT". O livro será distribuído gratuitamente a todas as instituições educacionais do Estado e às universidades brasileiras, disse o coordenador da C.E.V.

OUTRAS INFORMAÇÕES

O livro "Quem Procura a UFMT" demonstra que a maioria dos candidatos aprovados nos vestibulares frequentou escolas particulares, especialmente no segundo grau, e não fez cursinho ou curso preparatório. O maior percentual de aprovados está entre candidatos cujos pais possuem curso superior e cuja renda familiar ultrapassa a 10 salários-mínimos. São pessoas que não necessitam trabalhar para o próprio sustento e podem dedicar-se exclusivamente aos estudos. O melhor desempenho nas provas tem sido de alunos das escolas particulares e da Escola Técnica Federal de Mato Grosso. As escolas públicas estaduais fornecem o maior contingente de reprovados. Em geral, o pior desempenho e o maior índice de reprovação têm sido na prova de Redação. Na Capital, predomina o número de aprovados do sexo masculino e de idade jovem. No interior, a situação se inverte. No cômputo geral, há mais mulheres na universidade do que homens. Isto, talvez, porque "o sistema educacional brasileiro tende a privilegiar o ensino de natureza humanística", que é mais procurado pelo sexo feminino, observa a Coordenação de Exames Vestibulares.

ELITIZAÇÃO

O estudo da Coordenação de Exames Vestibulares não disfarça o processo de elitização do ensino superior, generalizado no país, decorrente das desigual-

dades sociais: "O índice de desempenho, portanto, torna-se crescente na proporção em que se torna crescente a faixa de renda, o que leva a deduzir que candidatos provenientes de famílias com maior renda estão mais preparados para concorrer a uma vaga na universidade e que os percentuais de aprovação e desempenho no Concurso Vestibular torna-se maiores à medida em que o candidato é oriundo de uma camada social superior." E poderá ainda: "O Vestibular também não parece caracterizar-se como o único responsável pelo elitismo na Universidade. Ele é apenas mais uma etapa a ser vencida num processo altamente seletivo que se inicia no 1º grau e vai permeando toda a escolaridade vivenciada pelos jovens. Na verdade ele é um instrumento que acentua as diferenças sociais." Nas duas últimas páginas do livro "Quem Procura a UFMT?", a ser distribuído nos próximos dias, a Coordenação de Exames Vestibulares insere as conclusões a que chegou da análise das características sócio-econômicas e educacionais dos candidatos que passaram pelos últimos quatro vestibulares realizados pela UFMT. (ASCOM)

SUPLEMENTO MENSAL

EXPEDIENTE

GOVERNO:

WILMAR PERES DE FARIAS

SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO:

NEY ABBADIA DE OLIVEIRA

DIRETOR GERAL DA IOMAT:

ANANIAS VIEIRA DA SILVA

DIAGRAMADORES:

CELMO MOLINA

VALDECIR BACANI

IOMAT - Imprensa Oficial do Estado de Mato Grosso
Rua 13 de Junho n.º 431 Fone: 321-4613

Este Suplemento Mensal é produzido pelo Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional, da Universidade Federal de Mato Grosso, em convênio com a Imprensa Oficial do Estado.

Endereço para Correspondências e Contatos:

Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional,
NDIHR, Universidade Federal de Mato Grosso, Bloco do
Centro de Ciências Agrárias, Sala 56. Fone: 361-2211
(Ramal 170).

OS PRESÉPIOS DO NATAL CUIABANO

Dunça Rodrigues

Uma frustração na vida foi não ter eu participado dos Passos do Jarcêm. Minhas tias falavam com ênfase e contrição, das figuras em tamanho natural feitas pelo próprio Pedro Jarcêm, montadas no sobradão da rua de Cima, esquina da Voluntários, se bem me informaram, e aberta ao público, na Semana Santa, para aí se prestarem em recolhimento religioso, diante das cenas da Paixão de Cristo. O nosso povo, sempre foi muito religioso e não media esforço e pompa nas comemorações da Igreja.

Quando me entendi por gente, só havia no tícia do Jarcêm. A família se mudou para a antiga casa do João Celestino, em frente à praça Alencastro e ninguém, nunca mais se lembrou dos Passos do Jarcêm. Onde teriam ido parar aquelas figuras, feitas de barro e pintadas, naturalmente? Quem as teria feito? Mas havia ainda os presépios, inúmeros e famosos. Dentre estes, o do São Freitas levava a palma. Era um misto de religiosidade e crítica social.

Valendo-se dos dotes artísticos da família, todos eram desenhistas e escultores, incluindo a neta, professora Benedita Oracélia (Didi), colocavam, a par das figuras características natalinas, a sagrada família, reis magos e pastores, animais e anjos, também personalidades da época, desta cidade. Assim estavam lá retratadas: dona Andradina e sua filha Lola. Conferencista a primeira e poetisa a outra. Foram as primeiras mulheres, aqui, a usar rouge e baton em público. Desnecessário dizer que foram caricaturadas, com muita identidade.

Havia a figura de D. Eufrosina de Matos, senhora muito bonita, com rosto de boneca, pele porcelana, a mais viajada da terra. As irmãs Scarcelli, proprietárias de loja, traziam anualmente as novidades do Rio de Janeiro. Zica, moça muito alta, usava um chapéu de crochet com veu esvoaçante. Elias London e sua esposa Leonor Sapienza. O Papagaio de Fraque, médico Floriano de Lemos, de nariz atucanado, recém-chegado do Rio, partilhava de todas as festas, onde fazia a alegria das crianças, dançando com elas e engendrando jogos divertidos. Assim desfilavam personalidades humanas atuais, de maior evidência.

Era uma ansiosa expectativa, cada ano, a se perguntar: quem apareceria no presépio? Curiosidade que chegava a escantar o próprio menino Jesus, o motivo central de veneração. Aliás, esta expectativa se estendia às aspirações comuns à juventude feminina - arranjar um marido. Correndo (visitando) sete presépios, cabe-lhe o direito de fazer três pedidos, com a certeza de serem realizados. Correndo sete presépios e surripando coisas desimportantes, figuras, animalzinho, fruta, dava-lhe o direito de escolher o noivo preferido, com certeza de realização.

Lembra-me, neste corre-corre-presépio, o meu irmão Newton, adolescente; teve a sua primeira licença para sair à noite, sozinho. Aproveitou a sua liberdade para correr presépios. Chegou em casa cansado, exausto, dizendo "Fui sete vezes ao Porto e sete à Cidade." Como eram ingênuos, os meninos da época! Além do Frei-

tas, outra família de artistas, onde se incluíam o pintor Silvestre, seu Amâncio e habilidosas irmãs, morando na rua Comandante Costa, ao lado do Clube Feminino; arramavam genial presépio, com o mundo animal executado no barro pelo clã dos Pedroso, principalmente pelo elemento feminino. Era o presépio de Chã Dina.

No Mundéu, sobressaía o presépio do José Brasil, também muito elogiado, pela habilidade de um sobrinho, funcionário dos correios. Seá Georgia e a prestimosa moçada de sua casa apresentavam no Mundéu, depois na rua do Meio, um caprichoso e florido presépio. No Colégio dos Padres (hoje Liceu São Gonçalo) sempre houve um artístico e aliás o primeiro presépio com movimentos, graças ao esforço do mestre Casimiro e dos religiosos entendidos em eletricidade, embora esta ainda não estivesse instalada em Cuiabá. Dona Barbina Orlan-do, Dona Antoninha Duarte, Lezino e outros cultuavam o Natal.

No Porto, uma homenagem simples não faltava em casa de Frederico Pedro, Chico Pinto, Dona Relinda, Inês Deschamps, Maria Mesquita, Hermelinda Lins, Dona Oliva, com seu Menino Jesus barroco. Em nossa era na base das figuras de armar, trazidas no tico tico. Era praxe uma arcada com galhos de pitombeira carregados de frutas adormando a fachada. É dura vigiância para não despredarem, levando as pitombas. Muita gente costumava espalhar pintinhos de lã, amarelhinhas, que se achavam em qualquer loja, ao alcance das casamenteiras, roubadoras das sete figuras, para garantir o noivo.

Hoje temos, no bairro, um continuador dessas tradições. Desde criança, Deodato de Arruda apresentava o nascimento de Cristo, com pequenas figuras dos seus brinquedos e muitas coisas inventadas por ele próprio. Mais tarde, se associou ao amigo José Teixeira e ambos introduziram as primeiras figuras móveis, com suas habilidades eletrônicas. Há treze anos apresenta, na rua 15 de Novembro, número 465, um grande e curioso presépio visitado por inúmeras pessoas, no período do Natal.

É uma verdadeira demonstração eletromecânica. Tudo parece ter vida e movimento: o pescador e peixinho agarrado no anzol, o serralheiro trabalhando a madeira, o amolador de facas, o monjolo, o moinho de vento e o de água, a mulher socando, a mulher peneirando o arroz do fubá, o biuá mergulhando, a garça adejando, o jacaré se mexendo lentamente e as águas coloridas cascadeando dentro de um ambiente, que lembra muito o pantanal. Ao contrário do presépio do São Freitas, que tinha caráter social, o do Deodato cria um ambiente ecológico de montes verdes, lagos e rios povoados de animais.

Olhando os bastidores, em baixo do suporte, há um verdadeiro arsenal mecânico. Deodato não é apenas o artista sonhador, procurando colocar a manjedoura e as personagens públicas, num ambiente muito nacional, principalmente no habitat matogrossense. Ele é, sobretudo, um habilidoso e competente eletricitista e conhecedor profundo de mecânica. É ver para crer. Visitem este presépio maravilhoso do Porto e avaliem o carinho e trabalho do seu executor, o nosso amigo Deodato Arruda.

ARRENDAMENTO NA USINA RESSACA

Eliane Maria O. Morgado

Edvaldo de Assis

Luiza Pereira da Silva.

Apresentamos um estudo sobre a forma de relação de produção capitalista - o arrendamento, através de estudo do caso - a Usina Ressaca, localizada no Município de Cáceres. Faz parte da documentação sobre a Usina Ressaca, encontrada no NDIHR; contratos de arrendamento, correspondências, plantas de instalações de mquinas, catálogos comerciais de casas importadoras, localizadas no Rio de Janeiro; livros de registro da produção de cana, nos anos de 1949 e 1954; notas promissórias, faturas, balanças, um inquérito sobre o roubo de aguardente, um parecer jurídico sobre um dos contatos de arrendamento.

Toda a documentação encontrada foi catalogada, para facilitar o trabalho de futuros pesquisadores interessados na temática "Cana de açúcar", ou especialmente, na "Usina Ressaca". A documentação por nós usada se restringe a três contratos de arrendamento entre o proprietário territorial e o agente/arrendatário. O primeiro contrato é datado de 1916, envolvendo como agente/arrendatário o Sr. José Vilar Dantas e como proprietário territorial o Sr. Joaquim José da Costa Marques.

O segundo contrato, de 1935, e o terceiro, de 1962, entre Dr. Villanova Torres e o Sr. Joaquim de Santana. A Usina Ressaca, localizada ao Sul do Município de Cáceres, distante 12 quilômetros da sede do Município, área de grande produção açucareira tradicional. Sob a razão social Costa Marques & Cia., o Dr. Joaquim Augusto da Costa Marques gerenciou a Ressaca até 18 de junho de 1916, quando passou o empreendimento à firma Vilanova & Silva. Dr. Joaquim Augusto da Costa Marques, pertencente à classe dominante de Mato Grosso, foi presidente do Estado de 1911 a 1915, e deputado federal em duas legislaturas. Na qualidade de usineiro, detinha o poder político local.

A partir de janeiro de 1924, a Usina Ressaca passou a ser dirigida pela Sociedade Civil Agrícola-Industrial, cuja razão social era Villanova Torres & Cia. A maioria dos sócios era de membros da família Villanova Torres. Em 1943, é alterado o quadro social da firma com a saída do Dr. Francisco Villanova Torres e a entrada do Dr. Virgílio Alves Correa Neto, que através de casamento com a D. Elza Villanova da Silva Alves, participava como sócio.

A Usina Ressaca funcionou até a década de 1960. Visava, além da exploração da cana-de-açúcar, o milho, arroz, criação de gado vacum e outros. Na cláusula 3ª. do contrato social, figura os tipos de atividades desenvolvidas na Usina.

"... exploração de "USINA DA RESSACA" e das suas terras, dos produtos de cana-de-açúcar, cereais e outros gêneros do país; (sic) exploração de produtos nativos, criação de gado vacum e espécies e bem assim outras indústrias que porventura se organizar"

(NDIHR, CX. 02, Ressaca, contrato social).

A relação de produção na Usina Ressaca encontrava respaldada em um instrumento jurídico denominado "Contrato de Parceria". Partindo da interpretação de MARX, faremos estudo do caso, do tipo de exploração encontrada na Ressaca.

"... A parceria ou sistema de exploração com divisão do produto, pode ser considerada como uma forma de transição entre a forma primitiva e a renda capitalista; o explorador (o arrendatário) participa, além do trabalho (seu o alheio), com uma parte do capital ativo, e o proprietário territorial, além da terra, fornece outra parte do capital; o produto é repartido entre o parceiro e o proprietário em proporções determinadas que variam conforme o país. Para uma exploração inteiramente capitalista, o arrendatário não dispõe, neste caso, de capital suficiente". (MARX, 1:182)

Embora a documentação encontrada para a análise é denominada de "CONTRATO DE PARCERIA", no seu conteúdo trata-se de um arrendamento. A relação de produção desenvolvida na Usina Ressaca era de tipo capitalista, aparecendo a figura do arrendatário, como um capitalista em potencial, que dependia em parte do capital inicial constante e/ou variável do proprietário territorial e tinha seus produtores diretos em relação de trabalho assalariado. É nesse prisma arrendamento, enquanto relação de produção capitalista, que analisaremos como se dava o processo produtivo da cana-de-açúcar, cultura predominante na Usina Ressaca, ao lado do plantio de milho, arroz, da pecuária de corte e da extração de madeiras de lei.

O proprietário territorial da Ressaca fornecia ao arrendatário o capital necessário para sua participação no processo produtivo da Usina. O montante do capital aplicado pelo proprietário ficava na dependência das necessidades econômicas do arrendatário, que geralmente não possuía capital suficiente para o plantio da cana. O capital constante adquirido do proprietário era através do fornecimento de arames para cercamento da área que cabia ao contrato das primeiras mudas de cana no custeio inicial da lavoura de subsistência. Eles também investem no transporte dos produtores diretos provenientes de outros estados, como elementos que venderam sua força de trabalho ao arrendatário. Cabia ainda ao proprietário as benfeitorias para facilitar o escoamento da cana à usina, como pontilhões e estradas. Estas benfeitorias, portanto, representava também a aplicação de capital constante.

Num primeiro momento, o proprietário participava também com o capital variável sob forma de adiantamento em espécie para manutenção dos trabalhadores do arrendatário. O arrendatário participava no processo produtivo com parte do capital constante na aquisição de instrumentos de trabalho, e com parte do capital variável sob forma de assalariamento e fornecimento de alimentação aos produtores diretos. Através da documentação verificamos que a acumulação era assegurada tanto por parte do proprietário territorial como por parte do arrendatário, porém, em graus diferentes, pois o primeiro era o dono da terra a quem caberia maiores lucros.

Continua na página seguinte...

ARRENDAMENTO NA USINA RESSACA

Conclusão da pág anterior.

O contrato extraía a mais-valia absoluta pelo prolongamento da jornada de trabalho, cabendo a ca da produtor direto a execução de tarefas em áreas pré-estabelecidas. A mais valia da renda da tarefa era extraída através da produção da cana, retirada da área explorada pelo arrendatário, transformada em açúcar e em aguardente, na qual 1/3 é recebido como seu lucro, conforme observamos na cláusula 2ª. do contrato de 1933.

"Os contractantes Villanova Torres & Cia. Comprometem-se a pagar as canas do contractante Joaquim de Santana, no fim de cada ano, após o balanço anual, da firma industrial Villanova, Torres & Cia e da seguinte maneira:

Determina-se o "QUANTUM" produzido por uma tonelada de (1.000 Kilos) de canas em assucar dos três (3) tipos e em aguardente; esta em litros e aquelle em kilos. Calcula-se os preços médios e líquidos durante o ano, de um (1) kilo de cada tipo de açúcar e do litro de aguardente com estes dois resultados, determina-se finalmente em número, quanto produziu uma tonelada de canna; o terço deste valor será o preço que os contractantes, Villanova Torres & Cia. pagarão por tonelada ao contractante Joaquim de Santana". (NDIHR, cx. 02 Ressaca, contrato de arrendamento).

O contrato extraía também mais valia no repasse de salários dos produtores diretos, quando trabalham nas safras do proprietário territorial, e pago por este, ao arrendatário, na circulação de mercadorias, como o açúcar e aguardente comprado na Usina Ressaca com 10 a 15% mais barato do que os preços da praça e revendendo aos produtores diretos, auferindo lucros; na distribuição de madeiras para alimentação dos fornos da Usina e no excedente da produção de subsistência que era vendido à Ressaca.

O proprietário, como empresário detentor da terra, tem sua acumulação garantida pela exploração do trabalho realizado com o arrendamento, que lhe proporcionava a extorsão de lucro e juros, além de outras atividades realizadas fora do contrato de arrendamento. A renda da terra da área explorada pelo arrendatário fornecia ao proprietário a extração da mais-valia, através da produção que lhe era dada em cana, e na transformação dos sub-produtos como também, através de juros pelos adiantamentos concedidos ao arrendatário, e no que os produtores diretos faziam das mercadorias que lhes eram repassadas, através do armazém da Usina.

"Os Senhores Costa Marques & Cia poderão cobrar até dez por cento annual (sic) de juros pelo dinheiro que adiantar ao contractante José Villar Dantas". (NDIHR, cx. 02, Ressaca, contrato de arrendamento).

A renda da terra ainda gerava lucro ao proprietário na extração de madeiras de lei, inclusive, às existentes no espaço territorial arrendado. O arrendatário apropriava-se da mais-valia através do processo produtivo que controlava e comandava, quer tratando-se da carpa do terreno, plantações das mudas e o corte da cana, ou através do controle da produção da cana, enviada para o proprietário territorial, anotada semanalmente em caderneta, o quantum produzindo por toneladas. Em nenhum momento do processo produtivo surge a relação de produção pré-capitalista na Usina Ressaca.

LOUREIRO, fazendo algumas observações a respeito de parceria, como modo de produção pré-capitalista, encontrada na Fazenda Pio Azul, objeto de seu estudo, identifica alguns elementos, um dos quais nos forneceu elementos para conclusão da não existência da relação pré-capitalista na Ressaca.

"Na relação da produção da parceria, a unidade de trabalho é a família. Isto é, a responsabilidade sobre determinadas atividades - as carpas do arroz, por exemplo, delimitadas em uma área específica de terra, se dá em função do tamanho da família e o assalariamento de diaristas se faz também

em função da complementação do trabalho familiar". (LOUREIRO, 4: 67-68).

Na Usina Ressaca aparecia a figura do produtor direto durante todo o processo produtivo, como a carpa, o plantio e o corte da cana. A família do arrendatário, como força-de-trabalho não estava presente na Ressaca. É o produtor direto assalariado, como vendedor de sua força-de-trabalho, na qual se dá a mais-valia absoluta, apoderada pelo arrendatário. A documentação sobre a Usina deixa claro a afirmativa acima explicada, e através da cláusula nº. 14 do contrato de 1935, nos fornece mais respaldos.

"... estabelece que a área mínima para a plantação de cana seria de 2 hectares; essa mesma área por trabalho - dor que possa manter assalariado". (NDIHR, cx. 02 Ressaca; contrato de arrendamento).

No contrato de 1916, firmado entre Costa Marques & Cia e o Sr. José Vilar Dantas, aparece o Tenente Epaminondas de Aquino Torres, como responsável pela boa execução do contrato e cumprimentos de tudo quanto nele estiver estipulado. Somente na cláusula nº 15 do referido contrato é que surge nome do Tenente, e no final, com a assinatura como contratado. O que nos leva a crer que o oficial era quem estava por trás do arrendamento, e que por suas atividades militares, o impedia de ficar à frente do empreendimento. O proprietário territorial ao se associar à figura do arrendatário, sua visão era de maximizar o lucro, não só extraído da renda da terra, mas através da circulação da mercadoria no âmbito da Usina, com o aumento do consumo interno, e contar com uma massa trabalhadora ocupada na área cedida através do arrendamento, que funcionava como exército de reserva para quaisquer trabalhos emergenciais que surgissem na área produtiva do proprietário.

CONCLUSÕES

A partir da análise que foi feita através da documentação, podemos concluir o que segue.

- Que na Usina Ressaca o tipo de exploração encontrada na relação de produção foi a de tipo capitalista;
- O arrendamento como relação de produção capitalista proporcionou a acumulação do capital, tanto por parte do proprietário territorial, como por parte do arrendatário;
- Que a propriedade da terra oferecia maior lucro ao possuidor, e um lucro ao arrendatário, proporcional à sua produção;
- O arrendamento aparecia como recurso para a maximização do lucro;
- Entre as várias formas de acumulação, o proprietário territorial tinha o lucro da produção dada pelo arrendatário; na circulação de mercadorias, na distribuição e nos juros do capital emprestado ao arrendatário;
- O arrendatário acumulava com a compra de força-de-trabalho, na circulação de mercadorias fornecidas a seus produtores diretos, no repasse de salários aos trabalhadores que prestavam serviços à Usina, e o proprietário passava o dinheiro ao arrendatário, e no percentual de cana, transformada em açúcar e aguardente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- MARX, Karl. O capital; crítica da economia política. Rio de Janeiro, Civ. Brasileiro, 1979, 6 v.
- LOUREIRO, Maria Rita Garcia. Parceria e Capitalismo. Rio de Janeiro, Zahar, 1977. 135 p.
- FUFMT/NDIHR - A Usina Ressaca Documentação contratos cx. 02

HISTÓRIA ORAL NO AVANÇO DO TEMPO

Pedro Rocha Jucá

A bordo do "Vostok" ("Oriente" em português), no dia 12 de abril de 1961, Yuri Alekseevitch Gagarin, o primeiro homem a efetuar um voo espacial, fez um surpreendente depoimento para a História ao dizer que a Terra, por ele vista então numa órbita de 302 km de apogeu e 175 km de perigeu, era azul. Embora com todos os avanços tecnológicos ao seu dispor e sendo ouvido a uma distância jamais imaginada para a época, Yuri Gagarin estava oferecendo a sua contribuição da mesma maneira como ocorria nas origens da organização histórica da humanidade.

No I Seminário de História Oral, realizado em Salvador de 7 a 10 de março de 1983, numa exposição oral sobre os "Problemas Metodológicos da História Oral", Valentina da Rocha Lima afirmou:

"Herótodo ouviu os testemunhos de seu tempo. Michelet também, de forma riquíssima, mostra e justifica por que ouviu as testemunhas oculares da Revolução Francesa. Mas agora existe uma diferença, e esta me parece ser uma diferença fundamental. É que quando os historiadores antigos ouviam seus testemunhos, eles reescreviam aquilo que a memória de seus testemunhos lhes contava. Davam uma forma literária e bela às palavras escutadas mas jamais a palavra aparecia tal como havia sido dita por aquele que a havia dito. O gravador agora nos permite, portanto, ter um documento bruto, em que a oralidade é fixada na forma exata em que foi expressa".

Na sua Introdução ao livro "Meio Século de Combate: Diálogo com Cordeiro de Farias", que publicou em 1981, pela Editora Nova Fronteira, do Rio de Janeiro, com a colaboração de Walder de Góes, Aspásia Camargo vai mais adiante, a respeito, comprovando como a História Oral legítima a História Contemporânea:

"A História Oral é uma técnica que registra conjuntos pertinentes de depoimentos gravados sobre temas historicamente significativos. A entrevista, portanto, nada mais é do que uma unidade que integra um todo mais amplo: equivale às unidades que compõem qualquer outro acervo documental, seja ele um conjunto de discursos, as leis ou decretos de um determinado período, ou a correspondência pública ou privada contida em um arquivo. Nenhuma delas, como de resto nenhuma fonte histórica, é por si mesma inteiramente conclusiva. O que distingue a História Oral das demais fontes (bastante diferenciadas entre si) é a possibilidade de participação do pesquisador na criação do documento e da fonte que pressupõe a incorporação ao relato de informações já disponíveis, bem como o aproveitamento ótimo dos dados que irão aflorando no decorrer de uma entrevista, ou de uma série delas".

É fácil, desta maneira, concluir que "a História Oral não é apenas pegar um gravador e sair por aí entrevistando qualquer pessoa". Pensar a respeito

to da importância da História Oral, é corresponder aos próprios valores humanos anunciados em épocas diversas. Aristóteles definiu o homem como "um animal social". Já na época em que vivemos, Jean-Paul Sartre, embora fixado no princípio filosófico de que a personalidade de cada ser humano não determina o seu próprio destino acrescentou, em "L'Idiot de la Famille", um aprofundado estudo sobre o grande romancista francês Gustave Flaubert:

"Um homem não é jamais um indivíduo. Seria melhor chamá-lo de um universal singular".

A História Oral é mais do que apertar uma tecla de qualquer gravador e ouvir quem quer que seja. Se a entrevista, a interação social do entrevistado com o (s) entrevistador (es), é o momento da História Oral, há ainda na consideração deste autêntico processo de criação, momentos preparatórios, que antecipam e garantem ou não a entrevista propriamente dita. Novamente citando Valentina da Rocha Lima, na sua exposição oral acima mencionada:

"Por isso, eu acho que a História Oral não pode ser encarada amadoristicamente, não pode ser confundida com um simples fato: peguemos um gravador, calguemos a tecla conveniente e pronto, estamos fazendo História Oral. A qualidade, a densidade, a dimensão desta relação não permitem que assim o seja, porque exigem do entrevistador uma postura que é epistemológica - postura diante do conhecimento - e que é metodológica - sobre as formas de conhecer. Exigem trabalho, educação especializada, exigem atitude diante de outro, e conhecimento e modificação de si mesmo para poder viver a relação na forma como ela deve ser vivida. E ela - a relação - deve ser dialógica".

Ainda carente de uma metodologia mais definida, a História Oral é hoje uma realidade científica, espalhada em grandes centros culturais do mundo. A diversidade ôtica do que ela - a História Oral - seja realmente, ao contrário do que se possa julgar, enriquece ainda mais os seus valores, pois ser fonte, técnica, método, pesquisa ou criação de documentos, tudo isto, engrandece a posição e a participação da História Oral no espaço e no tempo, no somatório permanente e crescente do conhecimento humano.

No Brasil, a História Oral avançou mais rapidamente a partir dos anos 70. Contribuiu decisivamente para isto a criação do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, em 1973, junto à Fundação Getúlio Vargas. O programa de entrevistas do CPDOC começou logo em seguida, em 1975, quando foram ouvidos os primeiros líderes do tenentismo e da Revolução de 1930. O CPDOC, além de implantar o primeiro Programa de História Oral no Brasil, adotou ainda uma concepção própria de trabalho de pesquisa, combinando "a técnica de história oral com o método de história da vida", nas palavras de Aspásia Camargo. Hoje, a História Oral, como recurso científico, é uma realidade cultural, é uma expressão do nosso avanço tecnológico.

DE EMPRÉSTIMO E DE FIADO

Antônio de Arruda

Terminado meu curso de Direito, em dezembro de 1936, deixei o cargo que exercia na Machine 'Cotton, com o intuito de passar pelo menos um mês de férias, no Rio. Seria um descanso completo e oportuno a pós cinco anos ininterruptos de trabalho e estudo. Sem economia, pedi cinco contos de réis emprestados a meu irmão Manoel - o Maneco do Bar do Porto - para as despesas que precisava fazer, especialmente com a renovação do guarda roupa. Ao tomar conhecimento desse dinheiro um conterrâneo, companheiro de Jardim Alencastro e de pensão, solicitou-me um conto e quinhentos mil réis, por empréstimo, até o fim do mês, quando receberia a mesma importância de Cuiabá. A resposta seria óbvia: se o problema era por poucos dias, ele que esperasse. Mas a boa fé me levou a emprestar-lhe o dinheiro, cuja cor jamais pude rever. Sem dúvida, estava eu na primeira edição da vida, para adotar a teoria machadiana exposta por Brás Cubas. Ainda jovem, Brás Cubas enamorou-se perdidamente de uma doidivanas, que o amou "durante quinze meses e onze contos de réis". Quando teve aragem desses gastos extraordinários para a época - o pai despachou-o para Coimbra a fim de cursar a Universidade. Brás Cubas ficou alucinado com a separação e a bordo do navio que o levava para a Europa, pensou em dar um mergulho no oceano, repetindo o nome da amada. Desistiu, porém, da idéia e o tempo, esse domador de feras, incumbiu-se de curar-lhe a paixão. Muito mais tarde, encontrou-se casualmente em uma relojoaria com sua antiga amante, já devastada pelos anos e pela varíola. Em alguns minutos de conversa, vislumbrou nos olhos dela a flama da cobiça, que certamente já existia outrora. E o que lhe foi fácil descobrir - agora que estava na quarta edição - não tivera olhos de ver, na juventude: eram olhos de primeira edição.

Também eu, ao conceder aquele empréstimo despropositado, estava em primeira edição. Foi sem dúvida um aborrecimento que me obrigou a alterar meus planos e diminuir as férias que projetara. Mas o caso foi superado, pois, voltando para Cuiabá, comecei logo a trabalhar e em poucos meses liquidei a dívida com meu irmão. No entanto, ainda continuava em primeira edição, quando cerca de dois anos mais tarde, cometi outro erro semelhante, embora com o sinal trocado. Foi num carnaval, quando combinei com um grupo de amigos uma fantasia simples para o baile: calça branca de linho e uma jaqueta azul imitando dinner-jack. A feitura deste encomendei a um alfaiate, meu vizinho e conhecido desde a infância. Eu não era seu cliente, mas o caso me pareceu tão simples que nem combinei o preço. No dia do baile, pedi a um sobrinho meu, menor, que fosse buscar a roupa e dissesse ao alfaiate que depois iria acertar com ele o pagamento. E que naquele instante só dispunha de uma nota de quinhentos mil réis e estava receoso de que o garoto a perdesse. Daí a pouco, voltou este com o recado do alfaiate: o feitiço custava cinquenta mil réis e a roupa só seria entregue com o dinheiro.

O preço era exagerado, o mesmo que, na época, os alfaiates cobravam pelo feitiço de um terno. E me pareceu também tola essa desconfiança do alfaiate em re-

lação a um conhecido de muitos anos que sempre o tratara bem. Mas não me cabia discutir. Troquei a nota e mandei efetuar o pagamento ao alfaiate. Apenas, passei a ignorá-lo daí por diante, seguindo antigo conselho de meu pai: - Seja fiel a seus amigos, mas não fique apertando a mão de quem não merece sua estima. De qualquer modo, a segunda experiência me tornou mais precavido. Preliminarmente, eliminei as compras a crédito. Às vezes, sucedia-me receber cobranças, como a de uma loja que me mandara a fatura de um martelo. Fui lá pedir explicações e o comerciante procurou esclarecer o caso. Identificou-se a vendedora, que, ao ver-me, foi logo dizendo:

- Não, não foi este. Quem comprou o martelo foi aquele doutor que mora na Rua Antônio João.

Tinha havido engano da moça ao registrar o nome do comprador. Só vim reconciliar-me com as compras a crédito após a generalização do sistema de vendas a prestações e assim mesmo com muita parcimônia. A primeira aquisição desse tipo foi na loja Laraya - do saudoso Francisco Laraya, excelente comerciante e grande amigo. Um dia, disse-me ele haver recebido uma partida de geladeiras Frigidaire, a primeira que chegou a Cuiabá, após a Guerra Mundial, e uma delas estava reservada para mim.

- Está bem, respondi-lhe. Vou fazer economia e depois voltarei a falar com o amigo.

- Nada disso. Hoje mesmo, vou mandar a geladeira para sua casa.

Não houve, pois, outro jeito senão assinar o contrato. Aliás, foi um ótimo negócio, pois a geladeira durou anos, praticamente sem precisar de conserto, e quando me mudei para o Rio, dei-a de presente a um amigo. Quanto a emprestar dinheiro, a experiência ensinou-me a descartar-me de solicitantes duvidosos. Quando Procurador em Corumbá, cargo que acumulava com a função de Procurador da Fazenda estadual, fiz jus, nesta última, a uma comissão de certo vulto. Parece que a notícia correu, pois, já em Cuiabá, recebi a visita de um cidadão que desejava um empréstimo "por alguns meses" de trinta contos de réis. Esquivei-me delicada mas firmemente. Nessa época, já deveria estar na terceira edição revista e melhorada... O pretendente não se preocupou e conseguiu o dinheiro com outro. Posteriormente, no Tribunal de Justiça, ainda me coube julgar a causa desse credor que procurava reaver o dinheiro emprestado...

Bem, se aprendi a defender-me dos caloteiros, isso não quer dizer que tenha deixado de acudir aos que de fato necessitam de ajuda. Às vezes, nos lugares por onde tenho passado, tem havido sempre o ensejo de pequenos empréstimos que faço a fundo perdido, sem esperar retorno. Nessas ocasiões, lembro-me da lição que, em criança, recebi de João Batista de Campos, amigo de meu pai, que de vez em quando parava em nossa casa para conversar. Certa vez, num grupo ali reunido, falou-se da caridade e alguém confessou que nunca dava esmolas a quem pudesse trabalhar. - Pois eu penso de modo contrário, disse João Batista. Nunca nego esmola a quem me pede. Ao outro basta a humilhação de pedir.

Essa sentença merecia estar nos Evangelhos.

OS AQUINO CORREA: DESCENDENTES

Luis Philippe Pereira Leite

Com o centenário do imortal Dom Aquino, é interessante estudar a genealogia da família que, inegavelmente, tem o seu berço na cidade goiana de Pirenópolis. Dalí nos vem Antônio Tomaz de Aquino Correa (Senior) e Belisânia Pereira de Aquino, progenitores de Antônio Tomaz de Aquino Correa (Junior). Ainda muito novo, Junior veio trabalhar em Cuiabá como funcionário da Caixa Econômica Federal. Notabilizou-se pela sua bela caligrafia, que causava admiração geral. Aqui radicado, constituiu família, unindo-se por volta de 1875, pelos laços do matrimônio, à Maria D'Aleluia Gaudie de Aquino Correa. Deste consórcio, nasceram quatro filhos: Eulália, em 12.02.1876, religiosa salesiana, falecida em 15.12.1956, aos 80 anos e dez meses; Joaquim, nascido em 31.01.1878, e falecido em 19.10.1945, no posto de Coronel do Exército brasileiro; Regina, nascida em 20.04.1880, e falecida em 03.12.1948, como religiosa salesiana; Francisco, nascido em casa ribeirinha, em 02.04.1885. Inteligente e aplicado aluno do Colégio Salesiano, prosseguiu estudos superiores em Roma, na Academia São Tomaz de Aquino e na Universidade Gregoriana, doutorando-se em Filosofia e Teologia, com notas distintas, sendo ordenado sacerdote sobre o tumulo de São Pedro, em 17 de janeiro de 1909. Ao regressar, em 1910, foi feito diretor do Colégio Salesiano. Bispo titular de Prusíade e auxiliar do Arcebispo de Cuiabá em 02 de abril de 1914, aos 29 anos de idade, sendo então o Bispo mais novo do mundo. Presidente do Estado de Mato Grosso de 1918 a 1922, e foi assistente ao Sólido Pontifício com privilégios de Conde Romano, e foi arcebispo de Cuiabá. Pertenceu ao Instituto Histórico Brasileiro e à Academia Brasileira de Letras. Poeta, escritor, historiador, foi o maior orador sacro do Brasil no século XX. Foi decano dos Arcebispos do Brasil e dos Salesianos do mundo inteiro. Faleceu em 22 de março de 1956.

Maria D'Aleluia faleceu em 1890 e o Comendador Antônio Tomaz de Aquino Correa convolveu novas núpcias com Maria de Cerqueira Mesquita Correa, viúva de José Barnabé de Mesquita (Senior), jornalista, advogado e republicano histórico, falecido em 05.08.1892, deixando deste consórcio um filho de cinco meses, José Barnabé de Mesquita (Junior), nascido em 10 de março de 1892. Deste novo casamento, o Comendador Antônio Tomaz teve outro filho de nome João Bosco de Aquino Correa, nascido em 15.03.1904 (Registro 245, fls 77, livro 4, do 39 Ofício da Capital), sendo avós maternos deste, João de Cerqueira Caldas e Regina Senhorinha Gaudie Cerqueira.

João Bosco casar-se-ia, mais tarde, com Marieta, de ascendência italiana, havendo deste consórcio apenas um filho de nome Tomaz, falecido aos 12 anos. João Bosco e Marieta faleceram faz alguns anos, de modo que dos cinco filhos do Comendador, sendo três religiosos, sobrevivem apenas os descendentes de Joaquim Gaudie de Aquino Correa, do seu consórcio com Elisa Weiss de Aquino Correa:

1) Regina de Aquino Correa Aguiar (07.04.1910), casada com Orlando de Aguiar, ex-aluno do Colégio Padre Antônio Vieira, em Salvador-BA; funcionário aposentado.

1.1. Tem uma filha - Solange de Aguiar Chaves de Melo, ex-professora de inglês, formada pela So-

cidade Brasileira de Cultura Inglesa (RJ); casada com Bernardo Gladstona Chaves de Melo, técnico em administração (filho do professor Gladstone Chaves de Melo);

1.2. O casal tem uma única filha, Renata Aguiar Chaves de Melo.

2) Thomaz Leopoldo de Aquino Correa (19.04.1914), bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais. Procurador Estadual - inativo, estatutário. Entrou para o serviço público em 1937. Durante os 35 anos em que serviu ao ex-Distrito Federal, aos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, ocupou diversos cargos de direção, entre eles o de Diretor do Departamento do Contencioso Fiscal da Secretária de Finanças: casado com Alayde Scalera de Aquino Correa.

2.1. Tem uma única filha Daisy de Aquino Correa Cachrane, ex-aluna do Colégio Sacré-Coeur de Marie, destacada atleta do Fluminense Futebol Clube, pelo qual competiu durante sete anos, com inúmeros títulos e medalhas conquistadas. Foi recordista carioca de natação. Terminou os seus estudos no Colégio Anglo Americano; foi Rainha dos Jogos Esportivos da Primavera em 1954, jogos de várias modalidades patrocinados pelo "Jornal dos Esportes". O seu desempenho neles foi fator decisivo para que o Anglo-Americano ficasse de posse da cobiçada Taça Getúlio Vargas. É casada com Paulo Bruzzi Cochrane, bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, gerente de Orientação aos Investidores da Comissão de Valores Mobiliários, uma autarquia do Ministério da Fazenda, benemérito do Fluminense Futebol Clube. É atleta laureado, como valor destacado do polo aquático do Brasil, ex-integrante da seleção brasileira nesse esporte, com inúmeros títulos conquistados no Brasil e no exterior. É sobrinho, pelo lado materno, do consagrado jurista, poeta e romancista Nilo Bruzzi, grande amigo de Dom Aquino. Pelo lado paterno, descende de Tomaz Alexandre Cocharane, Marques do Maranhão (1715-1870), que contribuiu decisivamente para o êxito de nossa guerra de Independência. Na mesma linhagem, destaca-se ainda Thomaz Cochrane (1805-1883), escocês de origem. Autor da Medicina Homeopática (1894). O "Morro do Cócrane" lembra a propriedade que possuía na Cava Pequena (RJ). Primo irmão de Lord Cochrane, sogro de José de Alencar e avô materno de Roberto Simonsen;

2.2. Tem dois filhos: Thomaz Cochrane (28.08.61), analista de sistemas, formado pela Pontifícia Universidade Católica-RJ, e diplomado em Engenharia Mecânica na Universidade do Rio de Janeiro.

2.3. Paulo Cochrane (08.04.63), Cursa Economia na UFRJ e Direito na Faculdade Cândido Mendes,

3) Sílvio de Aquino Correa (21.12.16), funcionário aposentado do Banco do Brasil, em cujo quadro ingressou por concurso. Casado com Rubria Lemos de Aquino Correa, educada no Colégio Nossa Senhora de Lúdes, em Curitiba.

3.1. O casal tem um único filho, Ivan de Aquino Correa (21.06.41). Fez seus estudos no Colégio Anglo Americano e ingressou na Faculdade de Economia da UFRJ. Após passagem vitoriosa no mercado de capitais, dedica-se à exploração de empreendimento comercial em Angra dos Reis (RJ), que compreende marina para barcos,

Continua na página seguinte...

CUIABÁ VIVE UM MILAGRE URBANO

"Cuiabá tem o encanto mágico e misterioso das cidades garimpeiras, aventureiras. Ao mesmo tempo sisuda e faceira, conseguiu a façanha de vencer o aniquilamento das suas minas de ouro, sazonar-se no longo tempo de pouca lavra para explodir adolescente nos anos 70. Esse milagre urbano é o milagre das raízes, da terra, da seiva do rio Cuiabá e da alma de Dunga Rodrigues..." Este trecho é parte do discurso proferido pelo arquiteto e professor Júlio De Lamônica Freire na solenidade de lançamento do livro "Cuiabá - Roteiro das Lendas", de Dunga Rodrigues, realizada na noite do último dia 11, na Academia Mato-grossense de Letras. O evento fizera parte do programa comemorativo do 169 aniversário de fundação da Universidade Federal de Mato Grosso.

ENCANTO MÁGICO

Eis, na íntegra, o discurso do professor Júlio De Lamônica Freire: "Cuiabá tem o encanto mágico e misterioso das cidades garimpeiras, aventureiras. Ao mesmo tempo sisuda e faceira, conseguiu a façanha de vencer o aniquilamento das suas minas de ouro, sazonar-se no longo tempo de pouca lavra para explodir adolescente nos anos 70. Esse milagre urbano é o milagre das raízes, da terra, da seiva do rio Cuiabá, da alma de Dunga Rodrigues e tantos outros cuiabanos que, como Dunga, teceram esta cidade com a delicadeza e a ternura dos fortes e a sabedoria das avós que embalavam seus filhos nas redes e contavam histórias aos seus netos no fundo das cozinhas, luzindo mais que o lume dos braseiros em fim de dia. E é por isso que, como cuiabano que se cingente-nário, quero falar do prazer que sinto em trabalhar a grafia e a visualidade dos trabalhos de Dunga, porque eles, como a autora, me comovem e me fascinam. E do fascínio e da emoção é que retiro a matéria-prima para a composição gráfica do seu livro. Esse é um livro especial, porque um livro de lendas, e as lendas têm a estranha qualidade de representar a imaginação.

Nem mentira, nem verdade. Entre o sonho e a realidade. Com mitos e lendas, a humanidade tem construído as explicações para o não-explicado, tornando congruente e verossímil o absurdo e o non-sense da realidade. E é por isso que, no imaginário popular, é que a arte e a cultura dos povos se renova, se refaz a cada dia. Enganam-se os que pensam que as lendas que Dunga nos conta são coisas do passado e que seu livro faça neste momento uma arqueologia do imaginário popular cuiabano. Enganam-se porque os ETs e heróis intergalácticos que povoam a fantasia das nossas crianças, apascentadas pelo fascínio do vídeo das televisões e telas dos cinemas, são os mesmos duendes, as mesmas bruxas e as mesmas fadas com roupas especiais, mas com o mesmo conteúdo de emoção universal, da mesma interminável e atávica luta entre o bem e o mal.

Dunga é a câma das escritoras mato-grossenses, a rainha do cotidiano e dos costumes cuiabanos que ela, como ninguém, sabe ensinar para quem não sabe, ou rerepresentar para quem já esqueceu, pra quem pouco sabe e pra quem sabe e está com medo de perder. Não poderia deixar de registrar aqui neste momento, uma ho-

menagem aos anônimos funcionários da gráfica da Universidade Federal de Mato Grosso que produziram este livro. Os que o vêem na sua simplicidade e na sua beleza digna não adivinham quantas horas de dedicado trabalho e quanta inventividade foram necessárias para garantir ao trabalho de Dunga a apresentação que ela merece. Nas pessoas de Rômulo e Terêncio ressaltou a dedicação e o carinho de todos para com Dunga Rodrigues.

Finalmente, quero ressaltar que Dunga, como o rio Cuiabá, o calor, o emalo das redes e cadeiras de balanço e o gosto do guaraná, compõe sinais dia críticos da nossa identidade. Aos que aqui nasceram e aos que aqui chegaram só podemos agradecer o privilégio de tê-los e amá-los. No abraço que agora vou te dar, Dunga, trago guardados o grande afeto e a imensa ternura da nossa Universidade e desta cidade para você." (ASCOM)

OS AQUINO CORREA: DESCENDENTES

Conclusão da pág. anterior

restaurante e um complexo imobiliário. Casado com Selma Souza Gomes de Aquino Correa, tem os seguintes filhos: Adriana, nascida em 22.06.68, Ricardo de Aquino Correa, nascido em 22.12.1970, Ivana de Aquino Correa, nascida em 02.10.81;

4) Rachel Aquino Correa de Rosa (09.08.22) foi aluna da pintura de Chambelain e de música do renomado pianista Tomás Tcheran. Casada com Afonso de Rosa, funcionário aposentado do Banco do Brasil, onde ocupou altas posições. Exerceu, também, posições de relêvo na Caixa de Amortizações Bancária e foi, por último, presidente do Estado do Paraná. Nessas posições, teve oportunidade de prestar bons serviços a Dom Aquino. Sem descendência.

Quando morreu Maria D'Aleluia, Dom Aquino contava cerca de 5 anos de idade. Lembrava-se da passagem do cortejo fúnebre por fora do jardim lateral da vivenda ribeirinha em que nasceu. Seus restos mortais juntaram-se aos do Comendador Antônio Tomaz de Aquino Correa, sob pequeno altar lateral, à direita de quem entra na Igreja de São Gonçalo, no 2º distrito desta cidade. No tomo I da Nobilarchia Paulistana Histórica e Geográfica, de Antônio de Pedro Taques de Almeida Paes Lemes, anotou Afonso de E. Taunay, em estudo crítico sobre o autor: "Publicou Augusto de Siqueira Cardoso, erudido linhagista aliado à família do cronista interessantes e valiosos estudos": "Os ascendentes e descendentes de Pedro Taques de Almeida Paes Leme" (Rev. do Inst. Hist. de S. Paulo, X, 39-81), do qual destaco o seguinte item:

4) Isolina, casada com o Engenheiro Civil Leopoldo Inácio Weis, Diretor Técnico dos Telegráfos, com os filhos:..... Elisa, casada com o coronel Joaquim Gaudie de Aquino Correa, com dois filhos: Regina e Thomaz.

QUILOMBOS EM MATO GROSSO

Edvaldo de Assis

Lã por onde o Galera as águas vai fluindo foi de Quariterê o quilombo afamado em que a negra Tereza' o seu poder infinito exerceu um ' cruel e trágico reinado.

(A Rainha Tereza - poema de José B. de Mesquita)

A historiografia brasileira tem dado ênfase à história do vencedor, colocando em plano secundário a pesquisa sobre os vencidos. Algumas exceções a breem-se quando grupos de historiadores estão preocupados com o outro lado da história, estudando o papel dos vencidos no contexto da sociedade global. Dentro dos estudos onde os vencidos são protagonistas surgem os trabalhos sobre o papel do escravo na sociedade escravocrata, alguns autores analisando o escravo como mão-de-obra, outros apresentando o comportamento do segmento negro em relação à violência praticada contra elementos desse segmento, por parte dos proprietários. O nosso artigo é mais uma tentativa de trabalhar com a história dos vencidos, mostrando uma das formas de reação encontrada pelos escravos, diante das violências que lhes eram submetidos, tendo como temática da nossa pesquisa, os quilombos em Mato Grosso.

Vários historiadores têm estudado o período escravocrata, incluindo as pesquisas sobre os quilombos, enquanto outros têm a preocupação exclusiva de estudar os quilombos. A bibliografia sobre o assunto ainda não é representativa, apresentando estudos sobre os quilombos em Minas Gerais, Alagoas, Bahia, Rio Grande do Sul e outros. Dos quilombos estudados até então, o de Palmares, figura entre o que alcançou uma estrutura mais sólida, formado por diversos arraiais tendo uma população em cerca de vinte mil (20.000) pessoas (MOURA). Os quilombos comparados ao de Palmares, pelo número de habitantes, foram os quilombos de Ambrósio e o de Campo Grande, ambos localizados em Minas Gerais. Ainda não se fizeram pesquisas mais exaustivas para o estudo dos quilombos que existiram em Mato Grosso. A historiografia regional vem produzindo trabalhos no sentido de apresentar pesquisas em toda sua amplitude, enquanto que a nível nacional pouco se produziu a respeito do assunto.

A partir do final do século XVII os escravos já se organizavam em quilombos como uma das maneiras encontradas para se livrarem da violência que lhes eram impostas pela sociedade escravocrata. Outra maneira foi a fuga, inclusive para fora dos domínios portugueses. Em Mato Grosso, fronteiro com territórios espanhóis, a população escrava tinha entre suas opções de luta contra a sociedade envolvente, a fuga para a Bolívia (San Matias e Santa Cruz de La Sierra) e para o Paraguai, onde aprendiam novos métodos de cultivar a terra. Em territórios de fronteiras com outros domínios para rece ser comum essa tática de fugas, como observa SALES, em estudos sobre os quilombos do Pará, salientando que escolta francesa chegou até o Pará a busca de negros fugitivos. Os quilombos não eram refúgios exclusivos de negros mas faziam parte dessas organizações ou outros elementos oprimidos pelo sistema escravista. Em Mato Grosso, ao lado do negro, estavam pessoas de outras etnias, como o índio e o caburé, entre esses, alguns ti-

nam cometidos crimes e se incorporaram aos quilombos.

A primeira repressão organizada pelo poder constituído para destruir quilombos em Mato Grosso é datada de 1770, quando foi organizada uma diligência em rumo ao quilombo do Quariterê, situado na região do rio do mesmo nome, nos limites de Vila Bela da Santíssima Trindade. Esse quilombo era governado pela Rainha Tereza, existindo também um conselheiro de nome José Piolho e as decisões eram tomadas em assembléia pelo um presidente. Da sua destruição, foi presa a chefe, conduzida para Vila Bela, tendo fugido 54 quilombolas que depois formaram um novo quilombo denominado de Piolho, distante do primeiro, nas proximidades do rio que teve o mesmo nome dada à organização. O quilombo do Piolho perdeu cerca de vinte e seis anos, considerando a época de destruição do primeiro, com a data de 1795, quando a diligência comandada pelo Alferes Francisco Pedro de Melo deu fim ao Piolho, capturado 27 indivíduos, que vão ser agrupados em um novo quilombo, sendo esse institucionalizado.

O quilombo da Carlota, o mais citado pelos estudiosos do assunto, porém, nem sempre apresentando sua característica peculiar, difere dos demais quilombos que existiram no Brasil. A referida organização foi criada por um ato do Governador e Capitão General da Capitania de Mato Grosso e Cuiabá, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, no intuito de aproveitar a mão-de-obra formada por caburés, índios e por negros, todos capturados do quilombo do Piolho. A terminologia usada para essa organização é "Aldeia", o que lhe dá um outro sentido. Parece que outra peculiaridade que se observa na formação da aldeia da Carlota foi que a população negra era representada por apenas 6 elementos, sendo 4 na faixa etária entre 70 a 75 anos e 2 entre 40 a 45 anos. Outros elementos da população eram caburés em número de 22, com idade variando entre 2 a 18 anos, e os índios em número de 27 pessoas, sendo a maioria idade acima de 20 anos.

Para a economia da aldeia da Carlota, inicialmente, contou com a ajuda do poder local, tendo os componentes recebido sementes e instrumentos de trabalho. A aldeia da Carlota, que recebeu esse nome em homenagem a Princesa Carlota Joaquina, esposa de D. João, que mais tarde teve o título de D. João VI, ficava situada a 30 léguas a Norte da Vila Bela da Santíssima Trindade. A partir de 1756, com a destruição do quilombo do Quariterê, o poder local cuidou de organizar apparatus repressivos para combater os quilombos que iam surgindo em Mato Grosso. Contando com o respaldo financeiro dos comerciantes e de outros segmentos da população branca, ou mesmo apelando para a Assembléia Geral do Brasil, como foi no caso da destruição do quilombo localizado entre os rios Jaguari, Paraguai e Sepotúba. O Presidente da Província, Manoel Alves Ribeiro, não se achando em condições de enfrentar os quilombos, pensou na organização de uma empresa com homens armados para destruir o quilombo e em troca oferecia à empresa as edificações e terreno onde estavam instalados os fugitivos.

Os juizes de paz das localidades mais próximas aos quilombos, como Poconê, Diamantino e Vila Bela

Continua na pág. seguinte

NDIHR : CURSO DE APERFEIÇOAMENTO

Iniciado no mês de agosto e compreendendo sete módulos, terminou no último dia 12 de dezembro o Curso de Preservação do Patrimônio Documental da Região Centro-Oeste, a nível de aperfeiçoamento. O curso foi ministrado pelo Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional da Universidade Federal de Mato Grosso, que tem como supervisor o professor Alfredo da Mota Menezes. A coordenação dos módulos esteve a cargo do historiador Eivaldo de Assis, pertencente ao corpo técnico do NDIHR.

OS MÓDULOS

"Microfilmagem de Documentação Histórica" foi o primeiro módulo do curso, sendo ministrado pelo professor Zeno Perdigão, do Laboratório de Microfilmagem da Fundação Casa de Rui Barbosa. O módulo seguinte foi "História Administrativa e sua Aplicação na Organização de Arquivo", sendo as aulas ministradas pela professora Maria da Graça Salgado, do Centro de Pesquisa e Documentação Contemporânea - CPDOC, da Fundação Getúlio Vargas. O terceiro módulo - "Diplomática Colonial" - foi ministrado pela professora Heloísa Belotto, doutora em História pela Universidade de São Paulo. A professora Verena Alberti, mestrada em História Social e pesquisadora do CPDOC, ministrou o quarto módulo - "História

Oral." O quinto - "Organização de Instrumentos de Pesquisa" - foi ministrado pela professora Ana Maria de Almeida Camargo, doutora em História pela USP. "Linguagem Documental" - o penúltimo módulo, foi ministrado pela professora Isabel Ribeiro Cunha, doutora em História pela USP. Finalmente, o último módulo esteve a cargo da professora Helena Moreira de Almeida, bibliotecária da Biblioteca Central da Universidade Federal de Mato Grosso, em fase de defesa de tese em Ciência da Informação na Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

APROVEITAMENTO

Com grande número de participantes, o Curso de Preservação do Patrimônio Documental da Região Centro-Oeste apresentou ótimo índice de aproveitamento. Além do pessoal técnico do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional, frequentaram o mencionado curso funcionários de órgãos federais e estaduais e professores de Departamento de História da UFMT. Nele foram aplicados recursos financiados pelo Ministério da Educação e Cultura e do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Para 1987, já estão em estudos outros cursos, sempre visando o aperfeiçoamento técnico dos servidores da Universidade Federal de Mato Grosso

QUILOMBOS EM MATO GROSSO

la da Santíssima Trindade e Vila Maria, recebiam munições, mantimentos e tinha pessoal à sua disposição para a repressão às organizações formadas por negros e outros oprimidos. Os quilombos dificilmente eram pegos de surpresa. Havia uma comunicação entre eles no caso de notícias de tropas que estivessem em diligência a procura de fugitivos, o que ocasionavam deslocamentos de quilombolas formando um outro quilombo; como aconteceu com a notícia de envio de forças repressivas para o quilombo de Pindaituba, sendo abandonado e a população foi formar o quilombo da Motuca. O quilombo da Motuca, localizado no córrego do mesmo nome, distante a 6 léguas ao Norte de Pindaituba, formado por dois arraiais onde viviam cerca de 44 negros, comandados por dois capatazes.

Vários presidentes da Província deram combates aos quilombos que existiram em Mato Grosso, sendo que o último a ser destruído foi o do Rio Manso, no Distrito de Vila Maria, em 1873, por ordem do Presidente, General José de Miranda Reis. Cerca de 21 quilombos espalharam-se em território mato-grossense ocupando áreas que correspondiam Vila Maria, Vila Bela da Santíssima Trindade, Poconé, Diamantino e Chapada dos Guimarães. Nenhuma documentação que até então pesquisamos nos dá subsídios para se falar na existência de quilombo em Cuiabá. Porém, nos parece levantar a questão dessa possibilidade visto que o topônimo de quilombo que é dado ao bairro nos leva a crer na existência desse tipo de organização, em um dos arredores de Cuiabá.

Nas localidades onde houve uma população escrava mais significativa como em Vila Bela da Santíssima Trindade, Vila Maria e Diamantino, a possibilidade de conflito foi maior, ocasionando a formação de quilombos. Em Mato Grosso, essas organizações foram de tamanho médio. Pelo número de casas registradas nos documentos pesquisados, podemos calcular que a população em

Conclusão da pág. anterior

cada quilombo variava entre 20 a 100 pessoas. Na organização do espaço existiam entre um a dois arraiais, não muito distante um do outro, as casas, oficinas, engenhos e as roças. Plantavam o feijão, milho, banana, algodão e outros. Nas oficinas eram feitas armas e instrumentos de trabalho. Os quilombos sendo autossuficientes. Apenas faltava o sal o que era conseguido através dos assaltos que faziam aos viajantes.

Entre os quilombos melhor estruturados que houve em Mato Grosso, foram: o de Quariterê, destruído em 1796 e o que ficava localizado entre os rios Jaguari, Paraguai e Sepotubal, invadido em 1843. Para destruir os quilombos as autoridades locais apelaram para o auxílio financeiro da população proprietária e para o governo imperial, e tiveram recursos garantidos pelos cofres públicos. As forças repressivas eram compostas por elementos de tropas de linha, índios trilhadores e por pessoas pagas pelos proprietários de escravos fugitivos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CORREA FILHO, Virgílio. História de Mato Grosso. Rio de Janeiro INL, 1969. 741 p.
- MOURA, Clóvis. Os quilombos e a rebelião negra. São Paulo, Brasiliense, 1981. 100 p. (tudo é História, 12).
- PINSKY, Jaime. A escravidão no Brasil. São Paulo, global, 1981. 70 p.
- SALES, Vicente. O negro no Pará sob o regime da escravidão. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, Belém, UF do Pará, 1971. 336 p.

CAMÕES NO EXTREMO OESTE

Carlos Francisco Moura

Os Lusiadas andavam de mão em mão nas naus das descobertas. Os diários e relatos de viagem mostram, muitas vezes, os navegantes entretendo as tediosas calmarias lendo os versos heróicos do Vate. E não só isso, que o próprio Camões foi autor e ator da epopéia marítima. O Poema foi escrito ao balanço das ondas e na ribeira do mar de terras longínquas. Lá está a passagem famosa revelando que o Poeta salvou-se a nado e com ele o manuscrito, em naufrágio na foz do Mecom, no Camboja:

Vês, passa por Camboja Mecom rio,
Que "capitão das águas" se inter-
preta;

Este receberá plácido e brando
No seu regaço o Canto que molhado
Vem do naufrágio triste e miseran-
do,

Dos procellosos baxos escapado,
Das fomes, dos perigos grandes,
quando

Será o injusto mando executado
Naquelle cuja lyra sonora
Será mais afamada que ditosa.

"Neste mesmo ano chegou a Mato Grosso João de Sousa de Azevedo com a primeira carregação de negócio do Estado do Grão-Pará, subindo finalmente pelo Guaporé e Sararé. Tinha descido pelo Jauru ao Paraguai, e subindo o rio Sumidouro em terras dos Parecises (vendo o que diz o nome efetivamente na sua corrente) passou às dos Arinos no tempo das sonhadas minas, e daí por outros rios nunca d'antes navegados chegou ao das Amazonas (2).

A que outro acontecimento poderia o cronista comparar essa viagem pioneira, cheia de perigos e dificuldades, senão à epopéia marítima, cantada por Camões? Estrofes de Camões decoravam as paredes internas do Quartel de Vila Bela, a Capital de Mato Grosso na época dos Capitães-Generais. Rondon ainda as encontrou lá escritas quando, no início deste século visitou a semi-abandonada Capital.

"A sala nobre conservava-se em relativo bom estado; e em suas paredes liam-se ainda estrofes inteiras de Camões, alusivas a assuntos militares" (3).

O segundo cronista de Cuiabá, Joaquim da Costa Siqueira, descrevendo as festas realizadas em 1817 na Praça Real de Cuiabá, em comemoração à aclamação de D. João VI, informa que na decoração armada - "se liam os seguintes versos em grandes e bem distintos caracteres":

"Longe mesmo da Europa é glória
suma

Do Dour e Tejo, venerado é Numa.
Além do muito que seu reino encer-
ra,

Grã parte ocupa da Africana terra.
Dos vassallos amado em toda a par-
te,

Do Indo e Ganges aclamado é Marte.

Na quarta parte nova os campos
ara,

E se mais mundo houvera lá chega-
ra" (4)

Os seis primeiros versos são laudatórios ao monarca, e os dois últimos são da estância 14 do Canto Sétimo:

Mas em tanto que cegos e sedentos
Andais de vosso sangue, ó gente in-
sana,

Não faltarão Christãos atrevimen-
tos

Nesta pequena casa Lusitana:
De Africa tem marítimos assentos,
He na Asia mais que todas sobera-
na:

Na quarta parte nova os campos
ara,
E se mais mundo houvera, lá chegá-
ra.

A quarta parte nova é a América ou
novo continente.

O primeiro Governador de Mato Grosso, S. D. Antônio Rolim de Moura, cita Camões várias vezes em sua correspondência. Escrevendo em 1758 sobre seu plano de ocupar a abandonada aldeia de Santa Rosa, diz que os jesuítas espanhóis certamente fariam grandes queixas, protestos e talvez ameaças, mas não acreditava que se resolvessem a tomá-la pela força. Entretanto, citando uma passagem dos Lusiadas, diz que, por via das dúvidas, vai se preparando para resistir.

"Porém, sem embargo disso, sempre acho conveniente prover-me mais do que estou, de armas e munições; porque nunca louvarei ao capitão que disse, não cuidei" (5)

A citação é da estância 89 do canto oitavo, que vai aqui transcrita na íntegra.

"Tal há-de ser quem que co dom de
Marte

Imitar os illustres e igualá-los:
Voa co pensamento a toda parte,
Adivinhar perigos e evitá-los,
Com militar engenho e sutil arte
Entender os inimigos e enganá-los,
Crer tudo em fim, que nunca louva
rei

O capitão que diga "não cuidei" (6)

Para enfrentar as ameaças espanholas na fronteira, diz Rolim de Moura, só lhe restava ir "fazendo da necessidade virtude", pois na Capitania havia falta de tudo, principalmente de ouro para as despesas de guerra e de gente para mantê-la. A expressão "fazendo da necessidade virtude" encontra-se nas Rimas de Camões, e foi empregada pelo Governador pelo menos em duas cartas datadas de 16/06/1756 e 18/12/1761 (7). O Cronista de Cuiabá, José Barbosa de Sá, também usou a expressão. Referindo-se ao encontro, em 1762, de uma monção de Cuiabá com um grupo de Paiaguás, ele informa que não chegou a haver luta porque de entre eles um intérprete bradara "que eles não queriam guerra com os brancos, não lhes fizessem mal que eles já largavam as armas". E esclarece que "Isto era por necessidade e não por virtude porque este gentio por terra não faz coisa alguma, todas as suas aventuras são embarcados em canoas" (8)

Mas de todas a mais dramática prova da pre

Conclui na pág. seguinte

CAMÕES NO EXTREMO OESTE

sença dos Lusíadas entre a gente que sertanejava no Brasil é sem dúvida a que se encontra no inventário de um bandeirante morto em 1616 nos ermos de Paraupava, em Goiás. Ali, em pleno sertão, Francisco Rodrigues da Guerra, improvisado escrivão, fez, por ordem do chefe da bandeira, Antônio Pedroso de Alvarenga, o inventário do companheiro falecido, Pero de Araújo. O inventário em si, nada tinha de especial, — a mesma simplicidade espartana de tantos outros sertanistas — ferramentas, armas, munições, anzóis, peças de roupa, e até um tineteiro. Mas no verso da última página, uma anotação inesperada — o escrivão havia transcrito quatro estâncias do Canto V dos Lusíadas — a 2a., a 7a., a 11a. e a 15a.

A 2a. estância, logo depois das imprecisões do Velho do Restelo, trata da partida da frota do Gama.

Entrava neste tempo o eterno lume
No animal Nemeio truculento,
E o mundo, que co tempo se consume,
Na seista idade andava enfermo e lento;
Nella vê, como tinha por costume,
Cursos do Sol quatorze vezes cento
Com mais noventa e sete, em que corria,
Quando no mar a armada se estendia.

A 7a. trata da passagem do trópico de Câncer, do rio Senegal e do Cabo Verde.

Passamos o limite aonde chega
O Sol que pera o Norte os carros guia,
Onde jazem os povos a quem nega
O filho de Clymène a côr do dia.
Aqui gentes estranhas lava e rega
Do negro Sanaqá a corrente fria,
Onde o cabo Arsinario o nome perde,

Chamando-se dos nossos Cabo Verde.

A 11a. refere-se à passagem pelas Dórcadas, mitológicas ilhas onde se dizia habitavam as Górgonas, uma das quais era a Medusa, cuja cabeça, transportada por Perseu, deixou cair nas areias da Líbia gotas de sangue que se transformaram em serpentes.

As Dorçadas passamos, povoadas
Das irmãs que outro tempo ali vião,
Que de vista total sendo privadas
Todas três de hum só olho se ser vião.
Tu sô, tu, cujas tranças encrespadas
Neptuno lâ nas agoas accendião,
Tornada já de todas a mais feita
De bivoras encheste a ardente areia.

A 15a. estância continua a descrever as regiões percorridas pelos navegantes, e faz referências às calmas, tormentas e opressões que Eolo, deus do vento, produzia no mar.

Assi passando aquellas regiões
Por onde duas vezes passa Apollo,
Dous invernos fazendo e dous verãoes
Em quanto corre de hum ao outro pólo,
Por calmas, por tormentos e opressões
Que sempre faz no mar o irado Eolo,
Vimos as Ursas a pesar de Juno
Baharem-se nas agoas de Neptuno.

Conclusão da pág. anterior
Alcântara Machado, observando que as estâncias se referem à passagem por calmaria e tempestades, quando os portugueses já se aprestavam para investir o Cabo Tormentório, acrescenta:

"Ninguém há que não aprenda o simbolismo dessa obra maravilhosa do acaso, que é um fragmento da epopéia dos Gamas e dos Albuquerque a servir de fecho ao inventário do bandeirante obscuro. Dir-se-ia que o gênio de Camões aparece à beira da sepultura em que descansa o herói desconhecido, para associar na mesma glória as caras velas arrogantes, vencedoras do Oceano, e as canoas humildes dos Sertanistas" (9).

Outros estudiosos das Bandeiras também se referiram ao precioso documento. Belmonte em No Tempo dos Bandeirantes, comenta — "Estâncias dos Lusíadas nas mãos rudes dos bandeirantes! Que simbolismo impressionante" (10). E Affonso de E. Tainay, que reproduziu, na História das Bandeiras Paulistas, a foto da folha carcomida do inventário seiscentista com os versos transcritos:

"Há, entretanto, o caso curioso da transcrição de quatro estrofes de Os Lusíadas no dorso das páginas de um destes inventários, estrofes do episódio culminante do epos. Inscreveu-as um escrivão de bandeira certamente por natural associação de idéias. A das agruras das jornadas pela Selva contraposta às das oceânicas, a epopéia do Ocidente em confronto com a do Oriente, ambas a exigir dos vassallos os mesmos sacrifícios e os mesmos padecimentos" (11).

NOTAS

- 1 José de Mesquita, Descrição dos bens do Licenciado José Barbosa de Sá, Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, 1927, p. 55.
- 2 Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, t. 13, p. 167
- 3 Rondon, Conferências, 1910. Outros autores também fazem referência às estrofes camonianas pintadas no prédio.
- 4 Joaquim da Costa Sequeira, Compêndio Histórico Cronológico, Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, t. 13, p. 116
- 5 Carlos Francisco Moura, D. Antônio Rolim de Moura (Biografia), p. 61 e 165, n. 64. V. também Ana Mesquita Martins de Paiva, Nyl-Iza Valadão Geremias e Maria Cecília Guerreiro de Sousa, D. Antônio Rolim de Moura, Correspondências.
- 6 Carlos Francisco Moura, op. cit., p. 165, n. 64.
- 7 Op. cit., p. 60 e 165, n. 63.
- 8 José Barbosa de Sá, Relação das Povoações do Cuiabá e Mato Grosso de seus Princípios até os Presentes Tempos, p. 50.
- 9 Alcântara Machado, Vida e Morte do Bandeirante, p. 94/5.
- 10 Belmonte, No Tempo dos Bandeirantes, p. 106.
- 11 Affonso de E. Tainay, História das Bandeiras Paulistas, v. 1, p. 141.

BASÍLICA DO SENHOR BOM JESUS:

APONTAMENTOS HISTÓRICOS

Gabriel Francisco de Mattos

"O patrimônio cultural de cada região deve ser mobilizado como ponto de partida para as criações do presente."

(Nestor Goulart Reis Filho,
QUADRO DA ARQUITETURA NO BRASIL)

Uma política de preservação de um patrimônio cultural tem como finalidade mais ampla a fixação de um momento histórico não para deleite contemplativo, mas como fonte permanente e viva de estudo e reflexão. Não se concebe mais a história como uma série de fatos levados a contento por um grupo de homens superiores, que tenham se destacado de seu tempo e não agido e pensado de acordo com as dominantes econômicas, sociais e políticas desse mesmo momento. Retirada a máscara desses "super homens", passando a entender a arte e a arquitetura como reflexo ou reação a condicionantes temporais, o estudo desse produto de um tempo permite tecer comentários e argumentos não sobre pessoas isoladas, trabalhando para causas que só ao próprio ego diziam respeito, mas recebendo influências e respondendo com os meios que tinha à mão. Não se menospreza aqui a criatividade; simplesmente ressalta-se a necessidade de analisar as causas (históricas, não só psicológicas) de determinada atitude criadora. Não se entende o Barroco fora contexto da contra-reforma e das lutas religiosas que a cercaram.

Já de longa data amarga o Brasil a classificação de subcultura, oscilando entre as soluções originais (sem valor em termos de "civilização") ou cópias de modelos europeus (sem valor em termos de "originalidade"). (?) O estudo puro e frio desse patrimônio, e principalmente do patrimônio arquitetônico, visando mais uma conclusão apressada (que geralmente vai desembocar numa classificação comparativa à pretensa metrópole) está condenado, pelo fato de incorrer no risco de conclusões parciais ou mesmo equivocadas. "Assim, despreconceituados em termos de raça, de filosofia, de economia e de política (...) podemos, calma e confiantemente, pesquisar os sucessos e motivos que fizeram deste povo, um povo também capaz de criar." (1)

1ª Fase: a Capela de Palha (1722/1739)

Fundada em 1719, a Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, em Mato Grosso, surgiu como uma povoação feita às pressas para receber o afluxo de aventureiros que vinham em busca do ouro fácil. Os bandeirantes não contavam em suas comitivas com "nenhum representante eclesiástico" mas com "algum tonsurado que se encarregasse das obrigações do culto no momento oportuno." (2) Mas já no ano seguinte eram enviados três religiosos para a vila, e tão logo a atração da região aumentou, o capitão-mor Jacinto Barbosa Lopes mandou erguer a Igreja do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, pequena construção coberta de palha, da qual hoje só restam alguns desenhos toscos. A instalação de religiosos nesses pontos distantes da costa funcionava mais como fator político a agir como apoio de alguma facção de bandeirantes, a ponto de, pouco antes da chegada dos jesuítas (já com o

intuito de estabelecer Missões Religiosas), no tempo das Capitânicas Hereditárias, "O Vigário de Mato Grosso" publicou excomunhão contra o de Cuiabá e os de seu séquito, e este fez o mesmo contra aquele e os que eram por ele." (3)

A extração do ouro deu motivo a muitas lutas entre esses grupos de mineradores, o que não deixou tempo para se cuidar das construções. Cuiabá vivia a contradição de ser um lugar de fácil riqueza e vida difícil: não bastando o perigo da região semi-desbravada, havia a cobrança periódica e "selvagem" do quinto real, a cargo de inescrupulosos fiscais, que nem se primavam em serem fiéis à Lisboa. (4) Em 1728, "A vila só tem oito a nove casas de telha (...) as demais são de capim." (5) No entanto estas eram vendidas por preços que oscilavam, mas que geralmente estavam altos.

2ª Fase: A Torre em Forma de Pirâmide (1740/1868)

Onze anos depois, o Vigário Padre João Caetano começa a construção da capela-mor "apelando para os sentimentos religiosos do povo, ressaltando a necessidade da construção de outra igreja mais condizente com a prosperidade do lugar." (6) (O grifo é nosso). Longe de indicar um progresso duradouro, isso simplesmente demonstra o quão irregular era a prosperidade da região." Mato Grosso, no ciclo do ouro, teve surtos de enorme e rápida riqueza intervalados com períodos de decadência, miséria e sobretudo, desânimo (...). Não houve em Mato Grosso uma estabilidade social que fizesse florescer arraiais (...). E, naturalmente, as expressões artísticas dessas comunidades assim atribuladas, errantes e decadentes, teriam de ser esporádicas e modestas." (7) A igreja foi feita de taipa sovada e tão ampla que lhe cabia dentro a antiga, mas depois de pronta desabou, salvando-se às pressas as telhas que lhe ornavam o interior. Pode ser considerado fato normal esse desabamento, "diz-se que o mais ignorante das Minas Gerais sabia melhor dirigir um serviço do que o mais entendido mineiro de Goiás, assim como o mais ignorante de Goiás tinha melhor conhecimento do que o mais entendido da Capitania de Mato Grosso." (8) Não desanimou o Vigário e, outra vez com ajuda da população, ergueu outra igreja no mesmo lugar, acaçapada e sem torre. Só trinta anos depois pôde colocar uma torre em forma de pirâmide.

Nesse período a capital da província foi transferida para Vila Bela (atual cidade de Mato Grosso), mais a oeste, e os governadores, a maioria militares, passaram a cuidar da defesa da fronteira contra os espanhóis. É importante assinalar que essa mudança só era vantajosa para o expansionismo da coroa portuguesa, anos depois, Vila Bela era abandonada por finalmente com cordarem ser essa cidade "insalubre". Os religiosos então passam a influir mais em Cuiabá, constroem igrejas e colégios, desenvolvem a vida cultural. A Matriz era então administrada principalmente pela Irmandade do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, fundada em 1728. Sua festa principal era a 1ª de janeiro, onde era venerada a imagem do Senhor Bom Jesus, que existe até hoje. Pode-se concluir (9) que a Irmandade era poderosa: seu estatuto

Continua na pág. seguinte

original só permitia a entrada de brancos, mediante pagamento de "jóia" e mensalidade, e à sua festa anual compareciam "as mais altas autoridades".

A Independência encontra a Província dividida: oficialmente Cuiabá volta a ser capital, mas Vila Bela também elegera uma Junta Governativa, para o governo provisório. E é interessante notar que os dois presidentes das Juntas eram religiosos, o Bispo de Cuiabá, Dom Luís, e o Vigário de Vila Bela, José Antônio Batista. (10) Em 1842 um comerciante da cidade faz a oferta de "um relógio de torre, e da despesa necessária para a colocação" (11). Nesse período dissipavam-se os reflexos da luta nativista que desembocaram na "Rusga", noite de 1834 em que os brasileiros armados promoveram a matança de vários comerciantes portugueses, que praticamente do minavam o comércio local. Esse período final foi outra vez militarizado por problemas de fronteira com a Bolívia e Paraguai. Sendo Cuiabá outra vez capital e estando voltadas para a fronteira as atenções, é feita mais uma alteração na Matriz.

3º Fase: A Torre Acacapada (1868/1929)

A Guerra do Paraguai já havia começado quando em 1868 um arquiteto italiano, Tortorolli, do qual pouco se sabe, refez a torre da Matriz, dando um novo movimento à fachada simples e reta. Desta fase já existem algumas fotos. Nesse período, o Bispo D. Carlos Luis D'Amour também chamou para dourar o retábulo da capela-mor o dourador e pintor goiano Veiga Valle, terminando o trabalho de outro goiano, João Ferreira, iniciado 14 anos antes. Ressalta-se aqui a dificuldade de conseguir artistas para trabalhar nas construções. É interessante notar que o estilo Barroco vai se embrecendo à medida que se afasta da costa; Goiás era o entreposto dos poucos artistas que se aventuravam ao Centro-Oeste, "Dizia-se então que a situação piorava de Minas Gerais para Goiás e de lá para Cuiabá." (12)

No entanto a República vai provocar uma questão entre o velho bispo Dom Carlos Luís e o e o governo recém instalado; a ponto de o bispo não permitir a celebração, na Matriz, da missa em memória de Afonso Pena (morto no exercício da Presidência em 1909), alegando que a Constituição Republicana separava a Igreja do Estado e também que não desejava a entrada da bandeira nacional republicana no recinto da Matriz porque o seu lema "lobrigava indícios de heresia." (13) Em represália, o nome da praça em frente à Matriz foi mudado de Praça D. Carlos para Praça da República.

Mas a situação não continuaria assim: ao morrer Dom Carlos Luís D'Amour, já elevada Cuiabá a sede de Arcebispado, seu sucessor, D. Francisco de Aquino Corrêa, ocupava então o cargo de Presidente do Estado eleito como candidato de consenso, pacificando longas disputas políticas. Futuro membro da Academia Brasileira de Letras, D. Aquino fez o que pôde para elevar o nível de vida da cidade, o que não era fácil. O Brasil saía da 1ª Grande Guerra e Cuiabá sofria um surto de gripe "espanhola". Mesmo assim, data desse período a instalação pela primeira vez de luz elétrica em Cuiabá. O governo que sucedeu ao do arcebispo iria estar às voltas com outros problemas internos: lutas separatistas em Santa Rita do Araguaia (o Estado Feudal da Garimpeira) e a passagem da Coluna Preste pelo Estado.

4ª Fase: As Duas Torres (1929/1968)

O governo seguinte empreendeu grandes obras no Estado, Aproveitando uma relativa paz interna e externa. Foi então reformada a fachada da Matriz, agora composta de duas importantes torres, passando o relógio para a posição central; ostentava uma elegância que era ressaltada pelo caminho que a circundava, limitado por um pequeno muro que combinava com os da Praça da República, em frente, e os do Palácio da Instrução, ao lado. Entende-se essa reforma: Se a administração estadual tratou de dar coerência ao todo da praça, reformando também a fachada da Matriz, por outro lado manteve-lhe o interior barroco, que já vinha de alguns séculos, talvez ainda com alguma coisa do que se salvou do desmoronamento de 1740.

A Revolução de 30 vem agitar o Estado. Dois anos depois Campo Grande apóia São Paulo na Revolução Constitucionalista e tenta estabelecer governo próprio. Só no final da década, com apoio do governo federal no Estado Novo, conhece Cuiabá um novo impulso no campo da construção, principalmente nas adjacências da Praça da República. (14) Nota-se a importância para a região do apoio do governo federal. A cidade ainda tinha muitas dificuldades de acesso, e do sul a força de Campo Grande fazia-se sentir, exigindo o status de capital do Estado. Com a morte de D. Aquino Corrêa em 1956, começa a tomar corpo um movimento que propunha a derrubada da velha Matriz e a construção de um templo mais moderno, e isso dentro da própria Igreja.

Esse é um período pouco estudado. Existe ainda hoje uma série de conjecturas, histórias contadas, que indicavam um certo mal-estar em se manter uma igreja "velha" em uma cidade que lutava contra o estigma de "atrasada"; algumas pessoas chegavam a dizer que tinha sido um milagre Cuiabá se manter como cidade, e o que dizer então como capital! Ainda hoje pode-se ouvir dizer que Cuiabá não tem arquitetura, principalmente antiga (o que dizer então de se chamar o moderno Centro Político Administrativo de "Brasília Mato-grossense?"). "O Barroco de Goiás (...) surge como prova dos nove para a compreensão do barroco no país, pois se situa entre o paupérrimo de Mato Grosso e o riquíssimo de Minas Gerais e do Litoral" (15) (grifo nosso). Realmente, no Brasil não se dá valor a algo dito paupérrimo, mesmo que tenha valor histórico, mesmo que mostre o quanto inventivo precisou ser o brasileiro para fazer frente às suas dificuldades de vida.

5ª Fase: Concreto Armado (1968/?)

Não existiram razões físicas para a derrubada da velha Matriz; o movimento de construção de um templo moderno dominou o meio religioso da cidade e a campanha ganhou a rua: aos estudantes dos colégios de religiosos eram entregues cartões que deveriam ser marcados com doações que conseguissem para a construção da aquela que já seria uma Basílica; nos jornais as polêmicas começavam. Nos cartões entregues aos estudantes já se podia ver o desenho da nova Basílica do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, uma fachada que lembrava a Basílica de Aparecida do Norte, em São Paulo. Não adiantaram os protestos: a Matriz foi condenada, estava velha, ameaça va ruir. Limparam o seu interior e iniciaram a demoli-

BASÍLICA DO SENHOR BOM JESUS: APONTAMENTOS HISTÓRICOS

ção. Algum tempo depois os alunos da Escola Modelo Ba-
rão de Melgaço, que funcionava no Palácio da Instrução,
ao lado da Matriz, foram dispensados no meio da aula,
podiam voltar para casa. A explicação viria no dia
seguinte: para derrubar a velha e perigosa Matriz foram
colocadas duas cargas de dinamite!

A primeira, inclusive, provocou rachaduras
no edifício onde funcionava o Bar do Bugre, na mesma
Praça da República. Mas foi preciso outra carga para
vencer a teimosia da construção "paupérrima" e condena-
da porque poderia desabar a qualquer momento. Depois
de derrubada a Matriz, ainda houve uma tentativa de
reação, impedindo a construção da nova Basílica na mes-
ma Praça da República. A velha construção barroca
"aguentou tudo, menos a ação destrutiva dos homens e a
força da dinamite." (16) Construiu-se a nova Basílica,
bem no sentido da basílica romana, espaços amplos e a-
bertos, teto alto, ressaltando o vão livre no seu inte-
rior. O templo se erguia porém, "num estilo indefinido"
que não comportará os belos retâbulos dourados que ain-
da se encontram (em 1973), desmontados, em depósito".
(17)

As linhas simplificadas da Basílica ainda
entravam em conflito com a Praça da República, mantida
até pouco tempo com a mesma característica da reforma
de 1929. Tem Cuiabá hoje a sua moderna Basílica, o seu
templo arrojado, mas tem bem menos história para con-
tar. A manutenção do centro histórico da cidade hoje só
comporta projeções pessimistas, as ruas pequenas e cur-
vas ganham prédios altos que vão despejar nelas um núme-
ro crescente de automóveis, um calçadão surge como solu-
ção em uma delas. Mas, a atração do centro ainda deve fa-
zer prevalecer o interesse do automóvel.

A ânsia de progresso não deveria fazer apa-
gar o estudo do passado. Tudo que se modifica hoje será
história amanhã, e as alterações feitas sem um estudo
desse nível, que preveja a influência dessas modifica-
ções dentro de um contexto de cidade mais amplo, mais
humano e mais brasileiro (no sentido de ligado à nossa
realidade), estão fadadas a serem meras repetições de
erros passados, fruto de uma falta de visão e raciocí-
nio. Aos que acham que suas cidades não têm arquitetu-
ra, é bom lembrar o exemplo da velha Matriz: "Cuiabá
perdeu a oportunidade de guardar um remanescente do bar-
roco religioso que, longe de estigmatizá-la como cidade
provinciana, lhe daria um sabor colonial monumental que
hoje mal se percebe, em meio à floresta de cimento arma-
do de seus modernos arranha-céus." (18)

Conclusão da pág. anterior

REFERÊNCIAS:

- (1) Luís Saia, MORADA PAULISTA (São Paulo, Ed. Perspec-
tiva, 2ª ed. 1978), p. 24.
- (2) Virgílio Corrêa Filho, HISTÓRIA DE MATO GROSSO
(Rio, Ed. INIL-MEC, 1969), p. 655.
- (3) Joseph Barbosa de Sã, CRÔNICAS DE CUIABÁ, in Virgí-
lio Corrêa Filho, op. cit., p. 656.
- (4) Rubens de Mendonça, HISTÓRIA DE MATO GROSSO (Sem in-
dicação de editora, 2ª ed., 1970), p. 18;
D. Rodrigo Cesar de Meneses, em 1728, en-
viou sete arrobas de ouro a Lisboa, via
São Paulo, abertos os caixotes em Portu-
gal, constatou-se que estavam cheios de
chumbo!
- (5) Rubens de Mendonça, op. cit., p. 19.
- (6) Rubens de Mendonça, IGREJAS E SOBRADOS DE CUIABÁ
(Cadernos Cuiabanos 7, Pref. Mun. de
Cuiabá, 1978), p. 7.
- (7) Eduardo Etzel, O BARROCO NO BRASIL, (São Paulo, Me-
lhoramentos/EDUSP, 1974), p. 230.
- (8) Sérgio Buarque de Holanda, HISTÓRIA GERAL DA CIVILI-
ZAÇÃO BRASILEIRA, in Eduardo Etzel, op.
cit., p. 237.
- (9) Firmo Rodrigues, "A Irmandade do Senhor Bom Jesus
de Cuiabá", em FIGURAS E COISAS DE NOSSA
TERRA (Cuiabá, sem editora, 1969), pp.
107 a 113.
- (10) Rubens de Mendonça, HISTÓRIA DE MATO GROSSO
p. 35.
- (11) José de Mesquita, GENTE E COISAS DE ANTANHO (Ca-
dernos Cuiabanos 4, Pref. Mun. de Cui-
abá, 1978), p. 120.
- (12) Eduardo Etzel, op. cit. p. 237.
- (13) Virgílio Corrêa Filho, op. cit., p. 665.
- (14) Cássio Veiga de Sã, MEMÓRIAS DE UM CUIABANO HONO-
RÁRIO (Cuiabá, Clube de Engenharia,
1981)
- (15) Eduardo Etzel, op. cit., p. 238
- (16) Eduardo Etzel, op. cit., p. 237
- (17) Eduardo Etzel, op. cit., p. 231.
- (18) Eduardo Etzel, op. cit., p. 233.

